

FENABAN RECEBE MINUTA DO COMANDO NACIONAL



Clementino, Vagner Freitas (Contrafi/CUT) e Aparecido Roveroni (Feeb/SPMS)

Presidente do Sindicato de Campo Grande/MS e Região participa da entrega de documento com reivindicações da categoria aos bancos; e pede participação da categoria nos próximos passos da Campanha Nacional

O presidente da Federação Nacional dos Bancos, Fábio Barbosa, recebeu na última sexta-feira (10 de agosto) a minuta com as reivindicações dos bancários para a Campanha Nacional de 2007. A reunião contou com a presença dos integrantes do Comando Nacional, incluindo o presidente da Contrafi/CUT, Vagner Freitas, e do Sindicato dos Bancários de Campo Grande/MS e Região, José Aparecido Clementino Pereira. O documento contém as demandas aprovadas no dia 29 de julho na Conferência Nacional dos

Bancários (leia tabela).

“Agora iremos aguardar a resposta da Fenaban para nossas solicitações, que acreditamos serem atingíveis por conta dos lucros dos bancos nos últimos 12 meses”, afirmou Clementino, defendendo o atendimento às reivindicações como “uma forma de valorizar os bancários, que nos últimos anos enfrentam ambientes de trabalho hostis, marcados pelo assédio moral, busca por metas e pela terceirização do setor bancário”.

Clementino lembra, ainda,

que o momento requer toda a atenção da categoria. “Mesmo com resultados tão positivos, os banqueiros tendem a dificultar as negociações, não aceitando as reivindicações legítimas. Continuaremos a negociar até atingirmos um resultado satisfatório para todos os bancários, o que pode significar a realização de atos e movimentos”, disse.

“Por esse motivo, os bancários devem estar atentos às movimentações da campanha, através do Sindicato”, prosseguiu o presidente do Seeb.

REIVINDICAÇÕES DOS BANCÁRIOS

- 👉 Reajuste de 10,3% (reposição da inflação projetada pelo Dieese entre 1º de setembro de 2006 a 31 de agosto deste ano, de 4,5%, e 5,5% de aumento real) para salários e verbas de natureza salarial, exceto ATS (2% do salário) e Auxílios Alimentação e Creche (no valor de um salário mínimo, ou R\$ 380)
- 👉 PLR de dois salários, limitados a R\$ 15 mil (distribuindo até 15% do lucro líquido), mais adicional de R\$ 3,5 mil.
- 👉 Distribuição de 5% da receita com prestação de serviços de forma igual como Remuneração Variável, a ser paga após a publicação do balanço trimestral; bem como distribuição de 10% da produção da agência entre trabalhadores da unidade.
- 👉 Pisos salariais do PCS com base no salário-mínimo calculado pelo Dieese: R\$ 1.628,24 para escriturários, R\$2.128,24 para caixas, R\$ 2.768 para comissionados e R\$ 3.582,12 para cargos de gerência.
- 👉 13ª cesta-alimentação
- 👉 14º salário
- 👉 Auxílio-educação
- 👉 Garantia de emprego contra a dispensa imotivada, como exige a Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho.
- 👉 Cumprimento à jornada de trabalho.
- 👉 Fortalecimento e defesa dos bancos públicos.
- 👉 Fim das metas abusivas e do assédio moral.
- 👉 Segurança bancária.
- 👉 Isonomia de direitos entre funcionários novos e antigos, trabalhadores da ativa e afastados por motivos de saúde.
- 👉 PCS para todos os trabalhadores do setor bancário.
- 👉 Igualdade de oportunidades para todos os trabalhadores, independente de gênero, raça ou orientação sexual.
- 👉 Redução dos juros e tarifas para bancários, além da ampliação do crédito produtivo.



Representantes sindicais de todo o País participaram de debates sobre Campanha Nacional 2007



Bancário precisa participar, diz presidente

O Sindicato está incluído no Comando Nacional de Negociação, o que permitirá não apenas maior rapidez na divulgação dos resultados, como a possibilidade de que a base local opine sobre os rumos da campanha. “Precisamos usar essa ferramenta para atingirmos os nossos objetivos”, lembrou Clementino, que representa a entidade na mesa de negociações.

O presidente do Seeb/CGMS destacou que a entidade tomou uma série de medidas para permitir acesso às informações sobre o movimento, como a reformulação do site do Sindicato (endereço <http://www.sindicario.com.br>), que é atualizado com frequência com dados sobre as negociações. Além disso, os bancários poderão se cadastrar para re-

ceber mensagens de texto nos seus celulares sobre o tema.

“E nossos diretores também estão à disposição para esclarecer as dúvidas da categoria. Mas, tão importante quanto estar informado, é estar disposto a participar dessa luta em favor de nossos direitos. Esse é o maior trabalho que temos pela frente por nossos trabalhadores”, finalizou Clementino.

Balancetes e demonstrativos

SINDICATO EMP EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE CAMPO GDE E REGIÃO
C.N.P.J :- 03.270.741/0001-80
BALANÇO GERAL ENCERRADO DE ABRIL A JUNHO DE 2007

ATIVO				
COMPETENCIA	ABRIL	MAIO	JUNHO	
10000000	CIRCULANTE	389.016,27	503.995,43	625.726,50
11000000	DISPONIBILIDADES	339.429,85	435.222,73	556.997,09
11101000	CAIXA	16.204,01	6.297,28	5.524,32
11102000	BANCOS CONTA MOVIMENTO	83.265,85	48.290,74	170.838,06
11103000	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	239.959,99	380.634,71	380.634,71
11200000	CREDITO DE ATIV. SOCIAIS	38.034,37	46.386,39	46.347,59
11202001	CONVÊNIOS A RECEBER	22.377,66	22.022,91	20.084,37
11202002	CONTAS A RECEBER	6.543,80	6.122,46	5.221,20
11205000	ADIANTAMENTOS DIVERSOS	9.112,91	13.095,72	14.715,35
11300000	OUTROS CRÉDITOS		5.145,20	6.326,67
11500000	ESTOQUES	11.538,52	22.377,27	22.377,27
11501004	MEDICAMENTOS	11.538,52	22.377,27	22.377,27
11600000	DESPESAS EX. SEGUINTE	13,53	9,04	4,55
11601003	ASSINATURA DE PUBLICAÇÕES	13,53	9,04	4,55
12000000	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.000,00	4.000,00	7.000,00
12102001	DEPJUDIC/CREDA RECEBER	4.000,00	4.000,00	7.000,00
13000000	PERMANENTE	1.204.938,16	1.209.612,16	1.212.967,16
13200000	IMOBILIZADO DIVERSOS	1.204.938,16	1.209.612,16	1.212.967,16
	TOTAL DO ATIVO	1.597.954,43	1.717.607,59	1.845.693,66

PASSIVO				
COMPETENCIA	ABRIL	MAIO	JUNHO	
20000000	CIRCULANTE	182.046,86	174.110,11	175.491,26
21101000	FORNECEDORES	83.561,28	75.716,71	70.101,53
21102000	EMPREST E FINANC	110,91	110,91	110,91
21103000	OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	117,87	881,46	881,46
21104000	IMP E CONTRIB RECOLHER	4.901,95	5.690,26	4.834,76
21110000	AÇÕES SUB JUDICE A PAGAR	34.665,66	34.665,66	34.665,66
21110000	CONTAS A PAGAR	58.911,01	57.266,93	65.118,76
22100000	EXIGÍVEL LONGO PRAZO	105.504,29	105.504,29	105.504,29
22100000	EXIGÍVEL L PRAZO - FAT	70.412,69	70.412,69	70.412,69
22100000	C.P.M.F.	35.091,60	35.091,60	35.091,60
24000000	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.310.403,28	1.437.993,19	1.564.698,11
24101000	PATRIMÔNIO SOCIAL	386.052,56	386.052,56	386.052,56
24200000	RESERVAS DE REAVALIÇÃO	688.498,52	688.498,52	688.498,52
24801000	SUPERAVIT/DEFICIT	235.640,09	363.229,01	490.323,25
	VALORES TRANSITÓRIOS	212,11	213,1	176,22
	TOTAL PASSIVO	1.597.954,43	1.717.607,59	1.845.693,36

Sind. Emp. Estab. Banc. de
 Campo Grande e Região
 José Ap. Clementino da Costa
 Presidente

Sebastião da Silva
 TC-CRC SP - 108144-0-3
 CPF: 420.897.518-00

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABEL. BANCARIOS DE CAMPO GRANDE E REGIÃO
C.N.P.J :- 03.270.741/0001-80
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE ABRIL A JUNHO DE 2007

RECEITAS			
NOMENCLATURA	ABRIL	MAIO	JUNHO
MENSALIDADE ASSOCIADOS	44.309,97	45.309,99	45.219,80
CONTRIBUICOES SINDICAIS	3.390,48	129.241,90	5.503,73
CONTRIBUICOES ASSISTENCIAIS			
TAXAS DE HOMOLOGAÇÃO	22,00	10,00	10,00
RECEITAS EVENTUAIS	7,00	153,87	2579,00
CLUB DE CAMPO	4.219,57	2.559,37	818,00
RECEITAS FARMACIA	15.754,28	18.335,34	14.951,89
RECEITA SECRETARIA JURIDICA	16.323,87	5.459,48	125.539,59
TAXA ENTREGA MEDICAMENTOS			
DESPESAS RECUPERADAS	229,83	255,59	211,02
RECEITAS FINANCEIRAS	2717,07	2.468,09	
TOTAL DAS RECEITAS	86.971,07	203.793,63	194.833,03

DESPESAS			
NOMENCLATURA	ABRIL	MAIO	JUNHO
DESPESAS COM PESSOAL	19.478,04	21.723,43	17.576,74
SALARIOS E ORDENADOS	9.696,42	9.856,18	12.416,73
FÉRIAS E 13.SALARIO	629,91	560,71	229,13
INSS E FGTS	3.205,08	5.401,91	3.903,48
INDENIZAÇÕES/AJUDA CUSTO VALE REFEICOES	5.946,63	5.904,63	
OUTRAS DESP COM PESSOAL			1.027,40
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	20.235,10	27.533,86	20.611,87
ANUNCIOS	205,00		
HONORARIOS CONTABEIS	1.300,00	1.300,00	1.300,00
IMPRESSOS MATS ESCRITORIO	920,14	1030,60	587,40
DESPESAS COM VIAGENS		177,00	1.043,32
OUTRAS DESPESAS	17.809,96	25.026,26	17.681,15
UTILIDADES E SERVICOS	9.192,01	8.633,29	6.513,02
AGUA E LUZ	5.387,01	4.815,77	3.252,65
TELEFONES	3.805,00	3.817,52	3.260,37
ASSISTENCIA JURIDICA	10.430,52	5.775,00	4.500,00
HONORARIOS ADVOCATICIOS	8.614,60	5.475,00	4.500,00
OUTRAS DESPESAS	1815,92	300	
FARMACIA	15.063,43	6.666,45	9.344,00
COMPRA DE MEDICAMENTOS	15.036,70	6.621,90	9.311,33
OUTRAS DESPESAS	26,73	44,55	32,67
SECRET IMP E COMUNICAÇÃO	2.570,00	690,00	2.570,00
SERVICOS GRAFICOS	2170,00		1.670,00
OUTRAS DESPESAS	400,00	690,00	900,00
SECR REL C/ COMUNIDADE	612,40	3.049,60	2852,00
EVENTOS SOCIAIS	212,40	3049,60	2614,00
OUTRAS DESPESAS	400,00		238,00
DESPESAS TRIBUTARIAS	1.409,33	2.845,55	1.126,07
ASSOCIAÇÕES DE CLASSE	948,12	956,33	1.030,22
OUTRAS DESPESAS	461,21	1.889,22	95,85
DESPESAS FINANCEIRAS	766,19	948,72	1.395,09
DESPESAS BANCARIAS	429,79	540,43	461,41
OUTRAS DESPESAS	336,40	408,29	933,68
DESPESAS C/CAMP SALARIAL			1.250,00
DESPESAS CAMP SALARIAL			1.250,00
OUTRAS DESPESAS			
RESULTADO NÃO OPERACIONAL			
GANHOS/PERDAS S/IMOBILIZADO			
TOTAL DAS DESPESAS	79.756,02	77.865,90	67.738,79
RESULTADO MENSAL	7.215,05	125.927,73	127.094,24

Sind. Emp. Estab. Banc. de
 Campo Grande e Região
 José Ap. Clementino da Costa
 Presidente

Sebastião da Silva
 TC-CRC SP - 108144-0-3
 CPF: 420.897.518-00

SINDICALIZE-SE
FAÇA PARTE DE
NOSSAS VITÓRIAS!

Informe-se na sede do
 Sindicato dos Bancários
 de Campo Grande/MS e Região

(67) 3325-0003



NOTÍCIAS PELO CELULAR

Cadastre-se gratuitamente no site
<http://www.sindicario.com.br>
 e fique sabendo das últimas notícias
 sobre a Campanha Salarial
 e outros assuntos de interesse
 para os bancários
 de Campo Grande/MS e Região

◆ Campanha Salarial

Isonomia nos bancos públicos faz parte da Campanha Nacional 2007

Criada pela Contraf/CUT, federações e sindicatos, a Campanha pela Isonomia de Direitos nos Bancos Públicos foi incorporada à Campanha Nacional deste ano. Divida em duas frentes, a luta gerou um abaixo-assinado pelo Brasil, apoiando o projeto dos deputados Inácio Arruda (PC do B/CE) e Daniel Arruda (PC do B/BA) que estende aos novos concursados de bancos públicos federais os direitos de trabalhadores mais antigos. Ao mesmo tempo, busca-se pressionar governo e direção dos bancos a corrigirem distorções existentes.

As diferenças no tratamento de empregados novos e an-

tigos começaram a partir de 1996, quando o governo de Fernando Henrique Cardoso emitiu as resoluções nove e dez, da Comissão de Controle das Estatais.

Nessas instruções, os administradores de empresas públicas são orientados a limitar ao máximo gastos com custeio de pessoal. A tabela salarial sofreu reduções, e direitos como licenças-prêmio e anuênios foram extintos.

Na Caixa Econômica Federal, a luta maior é contra as distorções salariais: em 1997, um Plano de Cargos e Salários foi adotado para novos funcionários, com valores abaixo dos demais trabalhadores. A

luta é pela criação de uma nova tabela de salários. A concessão de 18 dias da licença-prêmio e anuênios de 1% do salário ao ano por tempo de serviço também devem ser estendidos aos novos funcionários, bem como vantagens pessoais.

No Banco do Brasil, pontos como o parcelamento do pagamento de adiantamento de férias em dez vezes sem juros e férias de 35 dias para funcionários com mais de 20 anos de casa ainda estão “na fila” por aprovação. Há, ainda, pleitos pela permissão para que novos funcionários convertam os 18 dias de licença-prêmio em dinheiro, benefício existente apenas para antigos trabalhadores.

Greve, um direito dos trabalhadores

O artigo 9º da Constituição Federal e a Lei 7.783/89 asseguram ao trabalhador brasileiro o direito de greve, “competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”.

Os grevistas podem, por exemplo, utilizar meios pacíficos para apresentar suas reivindicações a outros trabalhadores para aderirem ao movi-

mento, arrecadar fundos para a greve e divulgar o movimento. As empresas, por sua vez, não podem tomar medidas que venham a constranger os empregados a comparecerem ao trabalho durante uma greve, tampouco frustrar a divulgação do movimento.

É óbvio que a greve não é a única ferramenta de luta à disposição dos trabalhadores. Porém, é uma possibilidade que nunca deve ser descarta-

da, e muito menos proibida através de meios intimidadores por parte de patrões.

O trabalhador precisa ter ciência de que este é um direito legítimo, e deve fazer sua parte em favor de movimentos que não causem constrangimentos ou prejuízos aos seus semelhantes. A manifestação de suas necessidades é um passo importante para a construção de um ambiente de trabalho mais humano.

O fantasma do "interdito proibitório"

Uma das ferramentas a que as instituições financeiras têm lançado mão para frustrar as manifestações dos trabalhadores nas agências bancárias atende pelo nome de “interdito proibitório”. Previsto em lei, o dispositivo é uma ação de natureza preventiva, criado a partir da ação de manutenção de posse.

Ao solicitar o “interdito proibitório”, o banco alega comprovada ameaça à sua

propriedade ou bens, exigindo para os mesmos a devida segurança. Em outras palavras, trata-se de uma ordem judicial proibitória para impedir a concretização de tal ameaça, aplicando penalidades para o seu descumprimento; permitindo assim reforço de segurança ou impedimento de acesso àqueles que sejam considerados agentes de dano à propriedade.

Embora a alegação seja

questionável – uma vez que os movimentos em agências bancárias não têm por objetivo depredação ou impedimento dos trabalhos quando a paralisação não é unânime – a Justiça tem atendido a solicitações dos bancos, especialmente durante manifestações dos bancários. O contra-argumento é claro: a realização de movimentos pacíficos, no qual é exacerbada a razão do protesto, torna injustificável a requisição do interdito.

◆ Informe Bancário

Unibanco pagará 40% da PLR mais R\$ 414 em 30 de agosto

O Unibanco anunciou no dia 10 de agosto (sexta-feira) que irá antecipar o pagamento da PLR aos trabalhadores. Conforme a Contraf/CUT, os bancários receberão no dia 30 de agosto 40% do valor da participação nos lucros e resultados, mais R\$ 414.

O banco também informou que pagará o Programa de Remuneração Unibanco, porém apenas aos funcionários que tiveram conceito A no primeiro semestre. O PRU atende, hoje, a 20% dos empregados do banco, sendo que uma das metas dos bancários do Unibanco na atual campanha é a ampliação do Programa a todos os empregados.

Remuneração Variável esconde riscos, alerta diretor do Seeb

Festejada como uma nova conquista para a categoria bancária, a adoção do Programa de Remuneração Variável também vem gerando apreensão. Conforme o diretor de Comunicação e Imprensa do Sindicato dos Bancários de Campo Grande/MS e Região, Luiz Alexandre Marcondes Monteiro, a concessão do benefício é válida, desde que não implique em reduções nos demais rendimentos dos bancários. Além disso, existem distorções nos valores pagos entre as funções que tornam esse pagamento injusto.

“O problema na Remuneração Variável está nos seus critérios, como a adoção de indicadores de desempenho. Enquanto isso significar apenas uma ‘premiação’ a trabalhadores mais dedicados, não há protestos. Porém, aumentos nesse tipo de pagamento em detrimento dos salários e outros benefícios podem gerar o achatamento dos salários. Ou seja, os bancos vão apenas pagar mais para quem produzir mais”, ressaltou Monteiro.

O diretor cita do exemplo do ABN Real para ilustrar a situação. “Lá, a Remuneração Variável pode chegar a 38% do salário do gerente de relacionamento, a 29,45% para um gerente geral, mas a apenas 13,98% do caixa, que está na ‘linha de frente’ do atendimento. É preciso equalizar esse pagamento, para torná-lo mais justo”, pontuou.

Fusão: conselho do ABN não recomenda oferta do Barclays

Mais um capítulo foi escrito na “novela” em que se transformou a venda do ABN Amro Bank. Em 1º de agosto, reportagem da Folha de S. Paulo apontou que o conselho do grupo holandês retirou a recomendação da proposta de aquisição feita pelo Barclays. O ABN informou que, apesar de “ainda apoiar” a oferta de US\$ 67,5 bilhões feita pelo banco inglês, não pode recomendá-la “do ponto de vista financeiro”, uma vez que ela seria 1% inferior ao seu valor de mercado.

A venda do ABN é disputada também por um consórcio formado pelo Royal Bank of Scotland, Santander e Fortis, que ofereceram US\$ 71,1 bilhões pelo banco holandês, sendo 93% do valor em dinheiro. O Barclays havia se proposto a pagar 37% do valor em dinheiro e o restante em ações.

No início de agosto, o Itaú registrou lucros de R\$ 4,016 bilhões no primeiro semestre deste ano, colocando-o como o banco privado de capital aberto que mais lucrou nos primeiros seis meses de um ano em pelo menos duas décadas. O valor fez a instituição financeira superar os resultados do Bradesco, maior banco privado do País – que lucrou R\$ 4,007. Os dados são da consultoria Econômica, e foram divulgados às vésperas do início das negociações entre banqueiros e bancários, referentes à Campanha Salarial deste ano. E, como se pode ver, mostram que os bancos brasileiros não podem argumentar a redução de ganhos para não conceder as demandas de quem realmente faz aparecer os resultados: o trabalhador.

Os resultados não são uma novidade. Nos últimos anos, os bancos têm se especializado em divulgar resultados cada vez mais positivos no que se refere aos lucros. A ponto do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmar que “os que estão vaiando deveriam estar aplaudindo, porque ganharam muito dinheiro no meu governo” –

uma referência aos banqueiros e empresários. A fala foi dita em Cuiabá/MT, no dia 31 de julho, comentando os protestos que têm recebido de setores da sociedade.

A declaração faz sentido. Mesmo no campo público, os resultados vêm se mostrando extraordinários: na primeira metade de 2006, o Banco do Brasil anunciou lucros de R\$ 4,032 bilhões (maior que o de muitos bancos privados). “É a prova de que o País se tornou um paraíso para o mercado financeiro, em especial para as instituições bancárias, que nunca lucraram tanto como acontece atualmente”, ressaltou o presidente do Sindicato dos Bancários de Campo Grande/MS e Região, José Aparecido Clementino Pereira. “Porém, para os trabalhadores, esses resultados são apenas números”, prosseguiu.

Clementino considera que, embora a rentabilidade aumente, as condições de trabalho são cada vez mais precárias. “Ao efetuarem alterações em sua estrutura visando aumento do lucro, os banqueiros optam primeiramente pelo corte de pessoal. Com isso, mais e mais

bancários vêm seus empregos ameaçados, seja pelo corte de funções como pela terceirização dos serviços”, pontuou. “Nesse sentido, o Sindicato atua visando principalmente a manutenção dos postos de trabalho, evitando demissões injustas e buscando acordos que beneficiem o bancário”, prosseguiu o presidente.

O anúncio de lucros recorde vira rotina no País; enquanto esperam por uma parcela



Serviços bancários, uma "mina de ouro"

Não é de hoje que os bancos vêm aumentando os seus lucros com serviços. Levantamento feito pelo Sindicato de São Paulo/SP e pela Contraf indica que, desde 1994 (quando “não se pagava” para ser cliente), a receita com prestação de serviços das 11 maiores instituições bancárias do Brasil disparou 1.017%. Em 2006, foram R\$ 45,4 bilhões em tarifas, taxas e serviços.

Em 1994, os bancos usavam a prestação de serviços para custear 25,4% de sua folha de pagamento. Hoje, a arrecadação com serviços cobre todo o gasto com trabalhadores e permite a sobra de 30,6% dos recursos. E, mesmo pagando caro, o brasileiro tem reclamado do mau atendimento.

Na contramão da escalada dos lucros, a categoria encolheu:

de 571 mil bancários em 1994, chegou-se a 425 mil em 2006. Ao mesmo tempo, conforme a Fenaban, o País tinha 102,6 milhões de contas (valor 61% superior ao existente em 2005). Se em 1993 cada bancário cuidava de 67 contas-correntes, no ano passado o trabalhador era responsável por 241.

As conseqüências não poderiam ser outras: além do excesso de trabalho, proliferação de LER/Dort e insatisfação dos clientes, existe também o constante assédio em busca de metas a serem atingidas. “Enquanto tem de lidar com uma grande demanda de serviços, o bancário ainda convive com a precariedade do atendimento, causado unicamente pela falta de mão-de-obra”, disse José Aparecido Clementino Pereira, presidente do Seeb. “E não se fa-

zem novas admissões mesmo sabendo que a produção dos trabalhadores é suficiente para bancar a folha de pagamento, com grande sobra”, prosseguiu.

Uma das metas na Campanha Salarial deste ano é o respeito e a manutenção do emprego com qualidade, isto é, com condições onde população e trabalhadores possam atuar sem prejuízos. “Temos avanços como a Lei da Fila, que ainda carece de uma fiscalização mais efetiva. Mas problemas como a excessiva mecanização do serviço em caixas eletrônicos e a migração de serviços para bancas de revista e lotéricas também devem estar na nossa mira. Há recursos para se prestar o serviço com mais qualidade, e precisamos lutar por isso”, finalizou Clementino.

Desigualdade: enquanto os bancos ficam com a grande parcela dos lucros obtidos ano a ano no Brasil, a massa de trabalhadores luta por uma divisão mais justa dos resultados, atingidos graças aos esforços diários dos bancários

ENQUANTO OS BANCÁRIOS

... alguns dos principais bancos privados brasileiros anunciam recordes no primeiro semestre de 2007. No caso do Itaú, o 35,8% superior ao resultado dos seis primeiros meses de 2006, 4,016 bilhões bateram o recorde do Bradesco, que neste também havia atingido números inéditos dentro do bancário brasileiro nos últimos 20 anos.

Como de costume, esses lucros não trazem nenhum de comemoração aos bancários, uma vez que são reconstruídos dentro de realidades como as demissões, terceirizações, assédio moral, sobrecarga de trabalho e problemas enfrentados pelos trabalhadores.

des por parte dos bancos
tanto trabalhadores ainda
mais justa dos resultados

PEQUENAS PARTILHAS



Precarização do trabalho

Entidades sindicais ligadas ao setor bancário constataram um encolhimento brutal no número de trabalhadores na última década no Brasil. A categoria, que no início dos anos 90 contabilizava quase um milhão de trabalhadores, hoje soma menos de 500 mil bancários. Mesmo diante de um trabalho combativo dos sindicatos em favor da preservação do emprego, os bancos reinventam a cada dia novas formas de cortar gastos com pessoal. A última “moda” é a terceirização do setor, onde funcionários da casa – alguns com anos de serviços prestados – se vêem substituídos por trabalhadores contratados junto a prestadoras de serviço.

Ao admitir funcionários terceirizados, boa parte das obrigações constitucionais (como pagamento de INSS e auxílios) é repassada às empresas de origem desses trabalhadores. Com isso, o custo com pessoal encolhe. Outra “vanta-

gem” para os contratantes é que, por não serem bancários, os terceirizados acabam não tendo amparo legal nas instituições sindicais, estando à margem dos processos de reivindicações trabalhistas.

“Em geral, os salários dos terceirizados estão bem abaixo do piso praticado nos bancos aos seus funcionários contratados. Além disso, esses trabalhadores não possuem direitos previstos na Convenção Coletiva, uma vez que, embora atuem nas instituições financeiras, não podem ser qualificados como bancários. Isso gera precarização no ambiente de trabalho, com a divisão da categoria e a redução da eficiência na busca dos direitos”, salientou o diretor de Comunicação e Imprensa do Seeb/CGMS, Luiz Alexandre Marcondes Monteiro. Ele ressaltou, ainda, que a prática da terceirização já é alvo de investigações no Ministério Público do Trabalho pelo País.

Limites da terceirização nos bancos

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro registrou ações que já condenam, em primeira instância, bancos como o Bradesco, Sudameris, Unibanco, Boston (comprado pelo Itaú), ABN Real e Panamericano pela prática da terceirização. Outras instituições, como a Caixa Econômica Federal, decidiram buscar acordos com os bancários e sindicatos antes mesmo de que as queixas começassem a tramitar na Justiça. Já no Banco do Brasil, a Contraf aponta a existência de uma série de irregularidades com a transferência de funções, a ponto de um documento sobre o assunto ser encaminhado ao ministro do Trabalho, Carlos Lupi, no último dia 10 de maio.

Dentre as irregularidades apontadas no BB, estão o pagamento de salários de R\$ 470

aos terceirizados, contra R\$ 1,1 mil do salário inicial para funcionários; além da terceirização de atividades-fins, como manu-

Bradesco, Sudameris, Unibanco, Boston (comprado pelo Itaú), Panamericano e ABN Real são alguns dos bancos condenados pela prática irregular da terceirização no setor bancário nacional

seio de valores e processamento de documentos.

Em entrevista à Anabb, o procurador do Trabalho

Rodrigo Carelli defendeu que a legislação brasileira permite apenas a transferência para outras empresas de atividades periféricas e especializadas, para sua realização de forma autônoma. Em outras palavras, estão sujeitos à terceirização apenas serviços alheios à rotina bancária, como manutenção, limpeza, segurança e transporte. Já tudo o que está relacionado diretamente ao serviço bancário não pode ser terceirizado.

“Não é nada difícil encontrar trabalhadores terceirizados em funções que não poderiam, nessa interpretação, serem repassadas pelos bancos a outras empresas. Nesse sentido, temos acompanhado várias ações que pedem o fim de práticas irregulares de terceirização, com o MPT se posicionando a favor dos trabalhadores”, finalizou Monteiro.

RIOS SUAM A CAMISA...

m lucros
valor é
6. Os R\$
ste ano
sistema

Lucros no 1º semestre de 2007*

Itaú: R\$ 4,016 bilhões

Bradesco: R\$ 4,007 bilhões

Unibanco: R\$ 1,422 bilhão

ABN Real: R\$ 1,261 bilhão

Santander: R\$ 1,002 bilhão

HSBC: R\$ 360 milhões

motivo
sultados
issões,
outros

*Fonte: SP Bancários

Banco do Brasil

Sindicatos apóiam mudanças propostas no estatuto da Cassi

Votação terminará às 18h do dia 21 de agosto, sendo aberta para trabalhadores da ativa e aposentados

As entidades sindicais ligadas ao Banco do Brasil orientam os funcionários do banco a votarem "Sim" na consulta que vem sendo realizada a respeito das mudanças no estatuto da Cassi. A posição foi tomada pela interpretação de que a proposta elaborada e colocada para apreciação dos trabalhadores apresenta avanços tanto para aposentados como trabalhadores da ativa, ao mesmo tempo em que se mantém direitos históricos dentro do BB. Os debates acerca de alterações na Cassi começaram na década de 90. A votação atual representa, assim, uma conquista importante ao longo dos últimos anos.

As mudanças foram discutidas exaustivamente entre representantes dos funcionários, sindicatos e a direção do banco, permitindo que antigas demandas dentro da Cassi fossem contempladas. Dentre elas, está a isenção da co-participação que, além das já negociadas, também se estenderá ao tratamento de pessoas com doenças do trabalho, portadores de deficiência, tratamentos e cirurgias ambulatoriais e oxigenação hiperbárica no tratamento de queimados. Caso seja aprovado o novo estatuto, essas mudanças passarão a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2008.

Outro ponto positivo é o compromisso, por parte do BB, de investir R\$ 300 milhões na Cassi com a aprovação do novo estatuto. O aporte é um reconhecimento da dívida existente com os funcionários, sendo que o banco ainda deverá

assumir os déficits dos dependentes indiretos e funcionários pós-1998, com data retroativa a 1º de janeiro de 2007, até a extinção desse grupo. O Banco do Brasil ainda contribuirá com 4,5% sobre os salários dos associados (inclusive dos pós-98), com retroatividade também a 1º de janeiro deste ano; além de outros 4,5% sobre o 13º salário (bem como os funcionários, que contribuirão com 3% sobre o 13º).

A votação teve início no dia 8 de agosto, e se estenderá até às 18h do dia 21. Associados da ativa votarão através do SisBB, utilizando a matrícula e a senha de oito dígitos. Os aposentados devem ligar para 0800-729-0808 e seguir as instruções. É importante ter e mãos a matrícula, a senha de seis dígitos do Previ, ano de posse do Banco do Brasil, ano de nascimento e os quatro primeiros dígitos do CPF.

Previ renova até 2008 convênio com a Caixa para uso do Fundo de Garantia na quitação de imóveis

A Previ renovou por mais um ano, até 27 de julho de 2008, o convênio com a Caixa Econômica Federal que permite aos associados utilizarem recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para liquidarem financiamentos imobiliários da Carim. A medida, conforme a Anabb, deverá beneficiar aproximadamente seis mil mutuários, que terão as con-

dições já acordadas mantidas para quitação dos seus imóveis.

Para se habilitar, é necessário que a pessoa e o imóvel atendam as regras do FGTS e do Sistema Financeiro da Habitação. Condições para uso e orientações sobre documentos e formulários estão disponíveis nas agências da CEF.

Seguindo o convênio anterior, as prestações continuarão a

ser cobradas até a liberação dos recursos na conta corrente da Previ – o que acontecerá após apresentação, na CEF, da escritura registrada no Cartório de Registro de Imóveis.

Continua em vigor a condição do cumprimento do prazo mínimo de 90 dias corridos da data de assinatura do contrato assinado pelo mutuário para liberação dos recursos.

Pauta específica será entregue no dia 14 de agosto à direção do BB

Representantes dos bancários do Banco do Brasil entregarão nesta terça-feira (14 de agosto) a pauta de reivindicações específicas para a diretoria da instituição, em reunião marcada para as 12h, na sede do BB em Brasília. O documento foi elaborado entre os dias 30 e 31 de julho, durante a 9ª Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro. Apesar de uma pauta em separado, os funcionários do BB integram a Campanha Nacional com empregados de outras instituições públicas e privadas.

As reivindicações específicas no BB incluem a isonomia total de direitos e benefícios entre funcionários novos e antigos, além da adoção do salário-mínimo do Dieese (R\$ 1.628) como piso na empresa e o pagamento de horas-extras

e o retorno do anuênio.

Acerca da Cassi, os trabalhadores pedem a não terceirização do Serviço de Engenharia e Segurança de Medicina do Trabalho, e a cobertura, por parte do Banco do Brasil, dos déficits que venham a ser registrado na Caixa de Assistência.

A campanha dos funcionários do BB também inclui solicitações ligadas à Previ, como o fim do "voto de minerva", abertura do financiamento imobiliário para o Plano 2 (com recursos do próprio plano) e aumento das pensões e do benefício, de 90% para 100%. Redução da taxa atuarial, criação de um benefício extraordinário e o pagamento da integralidade da contribuição para mulher com 25 anos de associação à Previ também integram a pauta. (Com SP Bancários)

Após PAA, Banco do Brasil planeja admitir 3,3 mil novos bancários

O Banco do Brasil iniciou a convocação de cerca de 3,3 mil funcionários concursados para atendimento em agências, pouco depois de concluir o PAA (Plano de Aposentadoria Antecipada), que resultou no afastamento de sete mil funcionários com mais de 15 anos de

carreira e 50 anos de idade. As convocações, conforme o Valor Online, são referentes a aprovados nos concursos promovidos em 2003, 2006 e 2007 em praticamente todo o Brasil. Em algumas localidades, foi necessária a realização de novos processos seletivos, que estão em andamento.

O salário inicial dos novos bancários é de R\$ 856,50, com



Total de admissões é inferior a 50% dos desligamentos promovidos no Banco do Brasil com o PAA

gratificação de 25% (chegando a R\$ 1,07 mil), além de vale alimentação (R\$ 543), Participação nos Lucros e Resultados e em planos assistenciais e previdenciários. O PAA do Banco do Brasil, custará R\$ 860 milhões à instituição, gerando um impacto negativo no balanço do segundo trimestre (a título de despesa extraordinária, no valor de R\$ 482 milhões).

SINDICALIZE-SE
FAÇA PARTE DE NOSSAS VITÓRIAS!
 Informe-se na sede do Sindicato dos Bancários de Campo Grande/MS e Região (67) 3325-0003

❖ Caixa Econômica Federal

Na Caixa, luta é por novo PCS e contratação de mais funcionários

A Comissão Executiva dos Empregados da Caixa Econômica Federal deverá repassar à direção do banco na terça-feira (14 de agosto) o documento contendo as reivindicações específicas da categoria, definidas durante a 9ª Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro. Mesmo participando da Campanha Nacional Unificada, a Caixa manterá debates de questões específicas em mesas permanentes.

Dentre as demandas da CEF, a criação de um novo Plano de Cargos de Salários para contemplar todos os trabalhadores do banco é apontada como principal reivindicação a ser atendida. Outro item é a admissão de mais empregados.

Os funcionários também pedem a solução dos problemas no Saúde Caixa, questões de saúde e condições de trabalho (incluindo assédio moral e violência organizacional), além

da extensão do Auxílio e da Cesta-alimentação a todos os aposentados.

No dia 16 de agosto (dois dias após a entrega da pauta de reivindicações), representantes da Contraf/CUT e do banco irão se reunir para discutir temas ligados ao Saúde Caixa, como o pagamento das participações não cobradas entre março de 2005 e março de 2007. A CEE/Caixa se reunirá no mesmo dia, na Fenae.

"Mais empregados para a Caixa, mais Caixa para o Brasil"

O papel dado à Caixa Econômica Federal como banco responsável pelas políticas sociais da União evidenciou o problema da falta de pessoal para atender às demandas criadas por novas e antigas atribuições dos funcionários. Não é à toa que a contratação de trabalhadores foi incluída pelos representantes da CEF como uma das prioridades



CEF: novas atribuições a bancários geram precariedade no serviço

para a Campanha Nacional 2007. O excesso de atribuições cria situações de constrangimento no ambiente de trabalho, que vão desde o assédio moral e exigência de metas abusivas como o excesso de atividades a serem exercidas pelos funcionários. Como consequência, os resultados tendem a piorar, prejudicando a saúde e o bem-estar do bancário.

A Fenae encabeça um movimento que exige a admissão de trabalhadores. Sob o slogan "Mais empregados para a Caixa, mais Caixa para o Brasil", busca-se atentar o comando do banco que o aumento das responsabilidades também demanda uma força de trabalho maior. O fato é de conhecimen-

to do próprio banco: José Ferreira, diretor da Contraf e integrante da Comissão Executiva dos Empregados, lembrou que o balanço social do banco em 2006 apontava que as contratações realizadas nos últimos anos não foram suficientes sequer para cobrir a substituição de terceirizados. Para cada três prestadores de serviço que saíram, apenas um bancário foi contratado.

Em seu periódico bimestral, a Fenae lembra que, em 2002, a força de trabalho da Caixa era de 104 mil funcionários, dos quais 55.961 eram empregados do banco. Em 2005, a mão-de-obra caiu para 101.744, sendo 68.257 do quadro próprio. Em abril deste ano, o total de tra-

balhadores chegou a 100.816, 73.386 deles concursados.

Paralelamente, a atuação da Caixa aumentou, em especial no campo social. O Bolsa Família, que tinha um milhão de famílias em 2003, chegou a nove milhões em 2006. Em 2002, o banco tinha três milhões de contas correntes convencionais e 13,2 mil na modalidade Caixa Fácil. Hoje, são mais de 7,6 milhões de contas, 3,79 milhões da Caixa Fácil.

Ferreira apontou que a defasagem de pessoal implica no aumento excessivo de horas extras, "muitas vezes sem o devido pagamento", afirmou ao Fenae Agora. Ele comentou que o processo é reflexo também do aumento das metas, o que pode levar ao trabalho gratuito e no surgimento de problemas de saúde. Funcionários já se mostram insatisfeitos com as condições de atuação. As filas nas agências são um resultado da precariedade no atendimento, uma vez que não existe força de trabalho para suprir a demanda adequadamente.

CEF debate seu papel como banco público...

Durante o 23º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal, uma das tônicas defendidas nos debates da categoria foi o status da instituição como banco público, analisando sua atuação no mercado diferente de uma instituição financeira exclusivamente estatal. O painel "A Caixa e o desenvolvimento econômico e social do País" contou com a coordenação da Comissão Executiva dos Empregados, e a participação de Ana Rosa Ribeiro de Mendonça (economista da Unicamp), Jorge Fontes Hereda (vice-presidente de Governo) e José Carlos Alonso (presidente da Fenae).

Os palestrantes foram unânimes ao avaliar a importância da CEF recuperar o papel de principal agente de políticas públicas da União. Ana Mendonça considerou que a Caixa não deve ser avaliada com base

em sua rentabilidade, e sim como braço financeiro do Estado nas políticas macroeconômicas.

Já o presidente da Fenae atentou para o fato de que a atuação social possui um custo elevado, levando ao aumento das operações entre 2003 e 2007, "enquanto o número de empregados diminuiu. A Caixa deve aumentar suas atividades como banco público, mas precisa contratar mais gente e garantir as condições adequadas de trabalho para todos os bancários".

Em defesa do banco, Jorge Hereda destacou que a Caixa se assume como banco público e atua de forma eficiente, principalmente como regulador do mercado. Ele citou que os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento circulam pela CEF, o que deverá tornar o banco "o maior instrumento de políticas públicas do País".

... mas mantêm atenção na atividade comercial

A CEF promete a reestruturação de cargos no setor administrativo, com a criação duas novas vice-presidências para cuidar de pessoas físicas e empresas, e uma terceira para reforçar os canais de distribuição de produtos financeiros. A medida foi tomada após a participação na área comercial encolher nos últimos anos: segundo a Fenae, enquanto a carteira de crédito comercial da Caixa avançou 9,6% entre março de 2006 e deste ano, o mercado bancário registrou um crescimento de 20,1% como um todo.

A CEF caminhou bem nas políticas públicas, mas ficou para trás na área comercial. Agora, a presidência quer for-

talecer a instituição, permitindo agilidade para aproveitar oportunidades e reagir ao avanço dos concorrentes.

Com o modelo de gestão, cada vice-presidência teria sua área de desenvolvimento, estratégia e comercialização, além de segmentação de nichos de mercado por renda, cartões e seguros. A reestruturação deve incluir uso intensivo da automação, racionalização de processos e deslocamento de pessoal para vendas. A CEF também quer fidelizar clientes de renda média em financiamentos imobiliários, atuar competitivamente no segmento de veículos, criar parcerias com varejistas e retomar a liderança no setor de crédito consignado.

Esportes

Equipe da Agência Calógeras vence torneio Interagências do Bradesco

Conquista veio no minuto final de disputa contra combinado entre Coronel Antonino e Júlio de Castilho

A equipe da Agência Calógeras sagrou-se campeã do I Torneio de Futsal Interagências dos Funcionários do Banco Bradesco, realizado na sede de Campo do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Campo Grande e Região. As finais aconteceram no dia 4 de agosto (sábado), premiando, além das três equipes com melhor classificação, o artilheiro, melhor goleiro, equipe mais disciplina-



Agência Calógeras, campeã do Torneio. Abaixo, à esquerda, Coronel Antonino/Júlio de Castilho, vice-campeã. à direita, torcedora da Agência Barão recebe premiação

da e a torcida mais participativa. O torneio começou no dia 16 de junho, com a participação de 11 equipes (Calógeras, Barão, Zahran/Afonso Pena, 14 de Julho, 13 de Maio, Cândido Mariano, Coronel Antonino/Júlio de Castilho, Prime/Empresa, Centro, Bandeirantes e Pólo Noite).

Antes da grande final, foi realizado um amistoso entre os amigos do Nogueira e os amigos do Abimael, sendo que esta última conquistou a vitória, pelo placar de 5x4.

Na seqüência, as equipes da Agência Centro e Agência Barão disputaram a terceira colocação em uma partida disputada. A vitória acabou nas mãos do time da Centro, por 4x2. Apesar da derrota nessa disputa, a equipe da Barão faturou os prêmios de Equipe mais disciplinada e de Torcida mais participativa, além de fazer o artilheiro do torneio (Ivan com

14 gols).

Calógeras e o combinado Coronel Antonino/Júlio de Castilho decidiram o título, em uma partida disputada e de bom nível técnico. O título da Agência Calógeras veio apenas no último minuto: vitória de 3x2 para os primeiros campeões do torneio.

A Diretoria de Relações com a Comunidade do Sindicato dos Bancários parabeniza a equipe da Agência Calógeras pelo título, assim como os demais participantes deste que foi o primeiro campeonato de futsal com funcionários de diferentes agências do Bradesco; e espera que a iniciativa se repita em outros bancos.

Além disso, o diretor Edvaldo Barros pede aos bancários que se mantenham atentos aos campeonatos promovidos pelo Seeb, para que também participem dessas competições.



Definidos horários para aulas de natação na Sede de Campo

Estão abertas desde 1º de agosto as inscrições para as aulas de natação na Sede de Campo do Sindicato dos Bancários de Campo Grande e Região. As aulas, de 50 minutos, serão realizadas às terças, quintas e sextas-feiras, das 6h às 12h50 e das 13h30 às 20h20; e aos sábados e domingos, das 6h às 9h30. Também serão oferecidas aulas de natação infantil, com turmas de dois a quatro anos e de cinco a seis anos. A Diretoria de Relações com a Comunidade do Seeb lembra que as vagas são limitadas por turma.

As aulas terão início em 4 de setembro, com professores especializados, com preparo para iniciação, aperfeiçoamento e treinos de auto-rendimento. Também está prevista a formação da equipe de natação do Sindicato. Outras informações estão disponíveis pelo telefone 3388-3763.

RESULTADO FINAL DO 1º TORNEIO INTERAGÊNCIAS DO BRADESCO

CAMPEÃO: Agência Calógeras
Vice-campeão: Coronel Antonino/Júlio de Castilho
3º Lugar: Agência Centro
Torcida mais participativa: Agência Barão

Equipe mais disciplinada: Agência Barão
Artilheiro: Ivan (Agência Barão), com 14 gols
Goleiros menos vazados: Marlon e Rogério (Agência Centro)

SINDICÁRIO

Presidente: José Aparecido Clementino Pereira. **Secretário de Imprensa:** Luiz Alexandre Marcondes Monteiro. **Sede Administrativa:** Rua Barão do Rio Branco, 2652 - Jd. dos Estados - Campo Grande/MS - Fone: (67) 3325-0003/Fax: (67) 3325-0040.

Acesse o site do Sindicato:
<http://www.seebcgs.org.br>
<http://www.sindicario.com.br>

Sindicário é uma publicação mensal do Sindicato dos Empregados nos Estabelecimentos Bancários de Campo Grande/MS e Região, distribuída gratuitamente para a base sindical e entidades autorizadas para o recebimento. **Jornalista responsável:** Humberto Marques (MTb 30.350/SP)



DROGARIA DOS BANCÁRIOS

3325-0231

FAÇA JÁ O SEU PEDIDO!

MEDICAMENTOS COM PREÇOS ESPECIAIS PARA A CATEGORIA

Rua Barão do Rio Branco, 2652
(Na sede do Sindicato)
Campo Grande/Mato Grosso do Sul



CLUBE DOS BANCÁRIOS

Professores Especializados

**INICIAÇÃO
APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO
TREINO DE AUTO RENDIMENTO
COMPETIÇÕES E VIAGENS
FORMAÇÃO DA EQUIPE DO CLUBE**

Informações e Inscrições

3388-3763 **Natação à partir de 02 anos**

Rua Caldas Aulete, 281 - B. Coopharadio - Campo Grande - MS